



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CAMPUS BENFICA**  
**CURSO DE FINANÇAS**

**MARIANA DE ABREU MARTINS**

**ANÁLISES DE INDICADORES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: PERÍODO**  
**2007 A 2016.**

**FORTALEZA**

**2018**

MARIANA DE ABREU MARTINS

ANÁLISES DE INDICADORES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: PERÍODO  
2007 A 2016.

Monografia apresentada ao Curso de  
Finanças da Universidade Federal do  
Ceará, como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharel em  
Finanças.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Diniz  
Irfi

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

M344a Martins, Mariana de Abreu.  
Análises de Indicadores das Universidades Federais : período 2007 a 2016. / Mariana de Abreu  
Martins. – 2018.  
23 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia,  
Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Finanças, Fortaleza, 2018.  
Orientação: Prof. Dr. Guilherme Diniz Irffi.

1. Programa REUNI. 2. Indicadores de desempenho. 3. Expansão Universitária. I. Título.

CDD 332

---

MARIANA DE ABREU MARTINS

ANÁLISES DE INDICADORES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: PERÍODO  
2007 A 2016.

Monografia apresentada ao Curso de Finanças da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Finanças.

Aprovada em 11/12/2018.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Guilherme Diniz Irffi (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Vitor Borges Monteiro  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Ana Karine Justino da Costa  
Mestranda em economia (CAEN/UFC)

## **RESUMO**

Esse estudo objetivou a análise dos indicadores citados pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI a fim de alcançar uma compreensão sobre como se deu o processo expansivo das instituições federais de ensino superior no Brasil para os anos de 2007 a 2016 bem como a qualidade de ensino ofertado. Para tanto, foram analisados quatro indicadores: a Taxa de Conclusão dos cursos de graduação presenciais, o Índice de Evasão, a Razão Discente/Docente e o Número de Docentes com Doutorado. Ao observar os resultados obtidos com os indicadores, foi observado que a Taxa de Conclusão dos Cursos de graduação presenciais apresentou um decréscimo, assim como a Razão Discente/Docente, e o Índice de Evasão aumentou. Embora se evidencie uma expansão universitária no Brasil, é necessária uma reavaliação dos índices e dos fatores responsáveis por essa expansão.

**Palavras-chave:** Programa REUNI. Indicadores de desempenho. Expansão universitária.

## **ABSTRACT**

This study aimed the analysis of the indicators cited by the Support Program to Restructuring Plans and Expansion of Federal Universities (REUNI) in order to understand the expansion process of federal higher education institutions in Brazil for the years 2007 to 2016 as well the quality of teaching offered. Therefore, four indicators were analyzed: the Completion Rate of face-to-face undergraduate courses, the Evasion Index, the Student/Docent Ratio and the Number of Ph.D. Observing the results obtained with the indicators, it was observed that the Completion Rate of the undergraduate courses presented a decrease, as well the Student/Docent Ratio and the Evasion Index increased. Although there is evidence of a university expansion in Brazil, a reassessment of the indices and factors responsible for this expansion is necessary.

**Keywords:** REUNI program. Performance indicators. University expansion.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1- Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação presenciais por região, dos anos 2007, 2011 e 2016 .....	16
Tabela 2- Taxa de Evasão anual por região, nos anos 2007, 2011 e 2016 (%). .....	17
Tabela 3- Razão Discente/Docente, por região, para os anos 2007, 2011 e 2016.....	18
Gráfico 1- de Professores com Doutorado para os anos de 2007, 2011 e 2016, em valores brutos .....	19
Gráfico 2- de Professores com Doutorado para os anos de 2007, 2011 e 2016, em termos relativos .....	19

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por ter me dado foco e perseverança para superar as dificuldades.

A minha família, pelo amor, incentivo e apoio incondicional. Em especial, ao meu pai, por ter me mostrado desde a infância a importância aos estudos e por me fazer enxergar quão bonita é a experiência na docência e a minha mãe que, com toda dedicação e amor, me fez persistir no meu sonho.

A esta Universidade, seu corpo docente e a coordenação por ter me dado a oportunidade de ter contato com o meio acadêmico e, com isso, ter feito me descobrir como profissional. Em especial, quero agradecer a secretária Susi Castro por toda amizade e carinho nessa caminhada – foi imprescindível para minha continuidade no curso de Finanças e ao servidor Cleber, por toda atenção e afeto nos momentos bons e ruins, sempre procurando me fazer perceber o meu potencial.

Ao meu orientador Prof. Guilherme Irffi, pelo suporte, pelas suas correções e incentivos.

A todos os meus amigos, da Universidade ou não, que estiveram comigo durante o tempo da graduação, sempre fornecendo fortaleza, amor e alegria.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	7
2A LITERATURA EM RELAÇÃO À EXPANSÃO DAS IES NO BRASIL .....	9
3METODOLOGIA .....	12
4FONTE E DESCRIÇÃO DOS DADOS .....	14
4.1 FONTE DOS DADOS .....	14
4.2 DESCRIÇÕES DOS DADOS .....	14
5ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	16
6CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	20
REFERÊNCIAS .....	21



## 1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, está previsto na Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 205, o seguinte:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Dado essa segurança condicionada pela própria constituição, temos em seu artigo 214, inciso VI, que é dever do Estado o “estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto”.

A expansão da educação superior no Brasil ocorreu, de certa maneira, pelo incentivo governamental em forma de investimentos feitos pelos governos estadual, municipal e federal. Portanto, o investimento focado na educação superior de ensino apresenta-se como um papel importante para o desenvolvimento socioeconômico do país bem como para a qualificação daqueles que querem penetrar no mercado de trabalho, como será afirmado posteriormente.

Mediante isso, foi apresentado o Plano Nacional da Educação (PNE), instituído pela lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, no qual prevê como uma de suas metas que a oferta de educação superior alcance a margem dos 30% da faixa etária de 18 a 24 anos até o fim da década. O mais novo PNE (2014-2024), instituído pela lei nº 13.005/2014, inclusive, aumenta essa margem para 50% considerando a mesma faixa etária do PNE anterior, assegurando a qualidade da oferta e expansão para, em média, 40% das novas matrículas, no segmento público. Além disso, prevê a elevação da qualidade da educação superior e ampliação do número de mestres e doutores do corpo docente efetivo em exercício para 75%, sendo 35% deste total, no mínimo, de doutores. Por conseguinte, estimam a elevação gradual do número de matrícula na pós-graduação.

Para que isto pudesse ocorrer, foram criados programas que têm como premissa básica ajudar os alunos a ingressar nas Instituições de Ensino Superior (IES), dentre eles pode-se citar o Programa Universidade para Todos (PROUNI), de 13 de janeiro de

2005, o Fundo de Financiamento do Ensino Superior (FIES), de 12 de julho de 2001 e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), de 24 de abril de 2007. Este último tem como perspectiva criar condições para ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento dos recursos que as Instituições têm a oferecer à sociedade e ao seu público discente.

Mancebo, Vale e Martins (2015) apresentaram em seu texto sobre a Política de Expansão da Educação Superior no Brasil entre os anos de 1995 e 2010, mediante análise de eixos relacionada à expansão, que houve um crescimento no número de cursos, matrículas e vagas.

Para verificar essa hipótese, esta monografia utilizará indicadores de desempenho para medir a qualidade e as metas de ensino. São eles: a Taxa de Conclusão dos cursos de Graduação (TCG), a Taxa de Evasão, a razão discente/docente e o número de docentes com doutorado. Com isso, será permitido quantificar e avaliar os efeitos decorrentes.

A estrutura da monografia está dividida em seis seções, incluindo essa introdução. Na sequência, são apresentados estudos com enfoque na expansão das Instituições de Ensino Superior no Brasil. A metodologia contempla os indicadores utilizados para analisar as IES. A fonte e descrição dos dados são reportadas na quarta seção. Em seguida, são apresentados e analisados os resultados da pesquisa. E, por fim, são tecidas as considerações finais.

## **2 A LITERATURA EM RELAÇÃO À EXPANSÃO DAS IES NO BRASIL**

A atual seção objetiva discorrer sobre como se deu essa expansão mediante a revisão de artigos que tratam sobre o tema. De fato, o foco é em atender às demandas do mercado. Desse modo, Borges e Aquino (2012) afirma que “a reforma do sistema de Educação Superior no Brasil, nos anos 1990, aconteceu em paralelo com a Reforma do Estado, priorizando o livre jogo do mercado”.

Após 1990, com o advento da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), sancionada em 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996) e o Plano Nacional de Educação (PNE), de 2001, confirmam-se as mudanças concretizadas ao longo das duas últimas décadas, em que a educação superior brasileira apresentou uma forte expansão no número de instituições, de cursos, de vagas, de ingressantes, de matrículas e de concluintes (RISTOFF, 2014).

Temos que o processo de mudança fomentado pelo Ministério da Educação (MEC) teve como bandeira a necessidade de democratização do acesso ao nível de formação superior, além de inserir as universidades no projeto de desenvolvimento nacional. Uma das ações implementadas foi a criação do REUNI, apresentado através do Decreto Presidencial nº 6.096/2007, visto como uma das ações integradas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Com previsão para ser implementado em um espaço de cinco anos, o REUNI consta, entre as suas diretrizes, o combate à evasão, a diversificação das modalidades de graduação e a promoção de inovações pedagógicas. A meta global do programa, disposto em seu artigo 1º, §1º, refere-se a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito. Às universidades federais que fizessem adesão ao REUNI, seriam destinados recursos financeiros, na medida em que acontecesse a elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação.

Lima (2013) teve como objeto de análise verificar até que ponto as metas do PDE, entre elas como já foi abordada anteriormente, a criação do REUNI, contribuíram de maneira efetiva para a finalidade que estava destinada. A sua conclusão foi que apresentou um aumento no número de matrículas nas universidades federais, todavia o

custo disso foram salas superlotadas e a reserva de recursos demonstrou-se insuficiente à continuidade da expansão. Além disso, como as universidades federais não têm suporte para atender toda a demanda para o ensino superior, foi necessária a articulação de programas que auxiliassem a inclusão desta em universidades privadas, dentre eles o Programa Universidade para Todos e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Borges e Aquino (2012), em sua pesquisa, fizeram uma revisão de literatura acerca das políticas de educação superior depois dos anos de 1990, em especial, o REUNI. Os autores afirmaram que, com o aumento do número de vagas em instituições de ensino superior, em paralelo, ocorreu uma desqualificação do ensino ofertado. Afirmam, também, que “a expansão de vagas só representará democratização do acesso quando houver um investimento do país, de fato, na Educação Superior”. Para isso, eles pontuam que as universidades precisariam de autonomia financeira o suficiente para expandir vagas, ofertar cursos e professores de qualidade, infraestrutura adequada e currículos inovadores.

Souza, Filippo e Casado (2015), em sua abordagem sobre o impacto do REUNI na atividade investigativa das universidades federais, foram utilizadas três dimensões: crescimento, qualidade e internacionalização. Em relação às duas primeiras dimensões, crescimento e qualidade, observou-se que houve um aumento na quantidade de docentes doutores em detrimento de uma redução gradual dos docentes somente graduados e mestres, entre os anos de 2003 e 2012. Esse aumento de docentes doutores foi pontuado como “principal porta de ingresso para o mundo científico acadêmico”.

Mediante os dados dispostos do REUNI, Prestes et al (2012) analisou se a expansão universitária democratizou o Ensino Superior Brasileiro, exemplificando através da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). No caso da UFPB, aconteceu um processo expansivo, justificado pelo aumento do número de cursos, vagas e matrículas, mesmo que não tenham sido alcançadas as metas propostas pelo programa. No caso do Brasil, mencionam que “a expansão do canal de acesso ao ensino superior na sociedade brasileira, embora represente iniciativas significativas no plano da democratização do acesso, não é suficientemente forte para derrubar a muralha da diferença da classe social”.

Sousa et al (2014) investigou a reforma do ensino superior nos anos 2000, com o foco no REUNI e os seus resultados na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), ao aderir ao programa no ano de seu estabelecimento, em 2007. Afirmou-se que o REUNI induziu a “princípios de racionalização de recursos, pela adoção de uma lógica de custo-benefício, que atinge desde a gestão dos recursos até a organização acadêmica da instituição federal de ensino superior”. Logo, percebeu que aconteceu uma “precarização das condições de oferta do ensino superior, essencialmente focado no ensino” em perda de recursos direcionados para a pesquisa e extensão.

Com base nessa revisão da literatura, percebe-se a importância do estudo quantitativo e qualitativo da expansão universitária no Brasil. Sendo assim, a contribuição dessa pesquisa consiste na análise de indicadores de desempenho das IES ao longo dos anos 1995, 2001, 2007, 2011 e 2016.

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa foi concebida com a perspectiva exploratória – ao proporcionar uma maior familiaridade com o problema mediante a abordagem da literatura focada na expansão universitária no país; e descritiva – na medida em que é usada para a identificação e obtenção de informações acerca da problemática.

Para a análise, serão utilizados quatro indicadores, que são eles: a Taxa de Conclusão do Curso (TCG), a Taxa de Evasão, a Razão Discente/Docente e o Número de Docentes com Doutorado. Os dois primeiros indicadores, vistos como indicadores de desempenho são elencados no Decreto nº 6.096/2007, do dia 24 de abril de 2007, que institui o REUNI.

A Taxa de Conclusão dos cursos de graduação é calculada anualmente através da razão entre concluintes (diplomados) e ingressantes. O valor do TCG indica a eficiência em que a Universidade preenche as suas vagas desocupadas decorrentes do abandono dos cursos. Portanto, é a relação entre o total de diplomados nos cursos de graduação presenciais (DIP) num determinado ano e o total de vagas de ingresso oferecidas pela instituição de ensino (ING<sub>5</sub>), considerando cinco anos antes.

$$TCG = \frac{DIP}{ING_5} \quad (1)$$

Na ordem, temos a Taxa de Evasão. Segundo Silva Filho et al (2007), como os dados fornecidos pelo Censo de Educação Superior são apresentados de maneira agregada, só há a possibilidade de verificar a perda de alunos de um ano para outro – neste caso, a evasão anual. Assim sendo, utiliza-se uma comparação entre o número de discentes que estavam matriculados em um determinado ano, subtraindo-se os concludentes, com a quantidade de discentes matriculados no ano seguinte, subtraindo-se deste último total os ingressantes desse ano.

$$E(n) = 1 - \left[ \frac{M(n) - I(n)}{M(n-1) - C(n-1)} \right] \quad (2)$$

Em que E é a evasão, M é o número de matriculados, C é o número de concluintes, I é o número de ingressantes, n é o ano de avaliação e (n-1) é o ano anterior.

Na sequência, temos o indicador dada pela razão discente/docente é igual à razão entre o número de matrículas presenciais (Mp) e os docentes em exercícios (De).

$$\text{Razão} \frac{\text{Discente}}{\text{Docente}} = \frac{Mp}{De} \quad (3)$$

## **4 FONTE E DESCRIÇÃO DOS DADOS**

### **4.1 FONTE DOS DADOS**

Os dados essenciais para a formulação dessa pesquisa foram obtidos através do Censo da Educação Superior. O Censo da Educação Superior tem realização anual pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep) e é considerado como a ferramenta de pesquisa mais completa do Brasil acerca das instituições de educação superior.

A forma de obtenção desses dados é através de preenchimento de questionários por parte da Instituição Superior de Ensino e por importação de dados do Sistema e-MEC. Mediante um período de validação ou correção das informações prestadas pela IES e posterior análise na base de dados e confirmação da veracidade dos mesmos pelo Inep, o Censo é finalizado e os dados são divulgados e publicados de maneira pública em formato de Sinopses Estatísticas. Os dados obtidos através da pesquisa fornecem um aparato detalhado sobre a situação e a perspectiva futura das IES à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

### **4.2 DESCRIÇÕES DOS DADOS**

Os dados obtidos para essa pesquisa detalham os cursos de graduação presencial em relação à quantidade de vagas oferecidas, inscrições, matrículas, ingressantes e concluintes bem como características dos docentes em observância a sua formação acadêmica, elencados para os anos de 1995 a 2016, de todas as instituições federais de ensino superior do Brasil.

Primeiramente, verificamos a compatibilidade das instituições ao longo dos anos, através do Excel, com as funções “Verdadeiro” ou “Falso”. Essa compatibilidade forneceu um panorama das instituições no tocante à existência de informações ao longo da série de tempo base para a pesquisa. Com isso, verificou-se que algumas instituições apresentaram informações apenas uma única vez ou, em alguns anos, não tiveram informações fornecidas.



Para análise dos resultados, em relação aos índices utilizados na pesquisa, verificamos para os anos 2007, 2011 e 2016. Como forma de complemento ao quarto índice de análise, em relação aos docentes com doutorado, verificou também para os anos 1995 e 2000, a fim de obter uma visão ainda mais abrangente.

Ressalta-se, ainda, que para os anos de 2009 e 2010 não foi possível obter informações que serviriam como fonte para pesquisa. Logo, esses anos não terão foco para a análise de resultados posteriormente.

## 5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O REUNI apresenta em seu plano de Diretrizes Gerais indicadores de desempenho que tem como objetivo avaliar se as metas do programa estão sendo alcançadas. O primeiro indicador calculado foi o TCG, numa perspectiva de comparação entre os anos de 2007, 2011 e 2016.

Verifica-se que, para o ano de criação do programa (2007) e o segundo período de análise (2010), houve uma oscilação nos resultados para as regiões do país. Todavia, ao observar os anos 2007 e 2015, já tivemos um cenário em que todos os percentuais para todas as regiões decrescem, especialmente para a região Sul do país, com uma queda em torno de 34,65%, seguida da região Centro-Oeste com 39,74%.

Tabela 1 – Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação presenciais por região, dos anos 2007, 2011 e 2016 (%)

<b>Região</b>	<b>2007</b>	<b>2011</b>	<b>2016</b>
Norte	72,20	62,30	68,90
Nordeste	64,79	67,45	45,85
Sudeste	77,87	78,68	52,79
Sul	70,61	67,84	46,14
Centro-Oeste	78,40	70,58	47,24

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados disponíveis do Censo de Educação Superior (Inep/MEC).

O segundo índice utilizado é a Taxa de Evasão. De acordo com o Art. 2º, I do Decreto nº 6.096/2007, está explícito que o Programa REUNI tem como uma das duas diretrizes a redução da taxa de evasão. Essa Taxa foi calculada também para os anos 2007, 2011 e 2016.

Analisando a Tabela 2, verificamos que a região Centro-Oeste apresentou um maior percentual de evasão no ano de 2007, assim com nos anos de 2011 e 2016. As regiões Sudeste e Sul também se destacam pelos percentuais apresentados, em função do crescimento nos anos de análise. Todavia, a região Norte apresentou um decréscimo entre os anos de 2007 e 2011, entretanto, ao comparar 2016 com o ano de 2011, observa-se uma evolução de quase 40%.

Tabela 2 – Taxa de Evasão anual por região, nos anos 2007, 2011 e 2016 (%)

<b>Região</b>	<b>2007</b>	<b>2011</b>	<b>2016</b>
Norte	7,95	5,48	8,69
Nordeste	8,97	12,75	15
Sudeste	6,92	10,56	15,65
Sul	6,98	12,02	15,64
Centro-Oeste	13,45	14,36	17,16

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados disponíveis do Censo de Educação Superior (Inep/MEC).

Em relação à Razão Discente/Docente, conforme o decreto que institui o REUNI, no Art. 1º, §1º, afirma que o Programa apresenta como meta global que a relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor seja dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano. Esse número levará em conta, segundo as suas diretrizes, a qualidade e o envolvimento da pós-graduação da instituição em cursos de graduação, além no melhor ensino quanto com o custo de um discente.

Note pela Tabela 3 que a região Norte, em todos os anos de análise, apresentou um valor mais próximo do que o REUNI tem como meta alcançar. Todavia, em comparação ao ano de 2007, em 2011 houve uma queda desse número, chegando a 14,28 no ano de 2016. Na região Centro-Oeste houve também em relação a 2007, atingindo 9,40 em 2016 – o menor número do país em relação àquele ano. Na região Nordeste, houve um crescimento homogêneo entre os anos de análise, indo de 10,73 em 2007 para 11,30 em 2016. Portanto, a região Norte é a região mais propensa em obter o número ideal segundo as diretrizes do Programa; entretanto, as demais regiões do país, apesar de apresentarem oscilações, ainda se enquadram dentro do que é estipulado pelo modelo.

Tabela 3 – Razão Discente/Docente, por região, para os anos 2007, 2011 e 2016, em valores brutos

<b>Região</b>	<b>2007</b>	<b>2011</b>	<b>2016</b>
Norte	16,25	14,06	14,28
Nordeste	10,73	11,84	11,30
Sudeste	8,97	10,07	9,98
Sul	9,45	10,20	9,87
Centro-Oeste	10,52	10,00	9,40

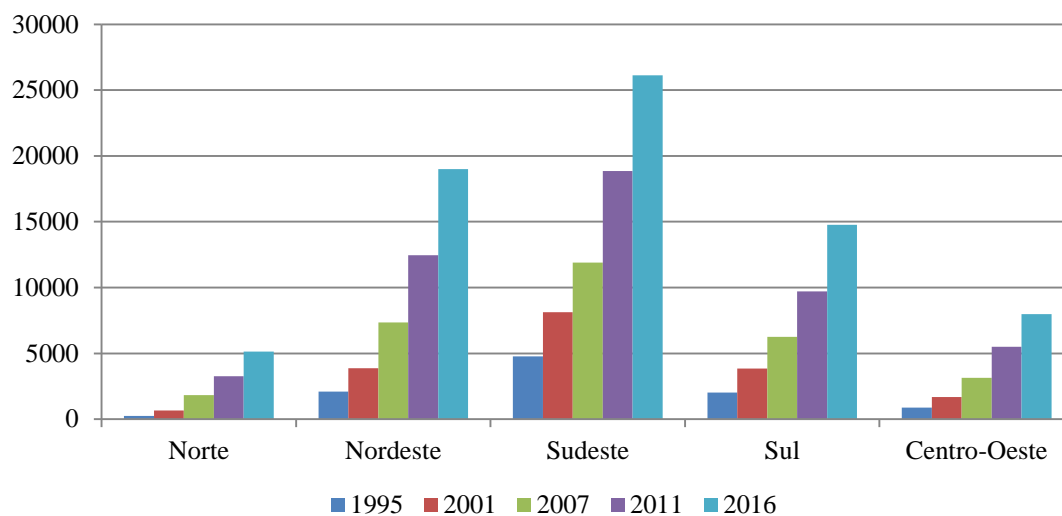
Fonte: Elabora pela autora com base nos dados disponíveis do Censo de Educação Superior (Inep/MEC).

Por fim, o Número de Professor com Doutorado nas Instituições de Ensino Superior no Brasil pode apresentar um indicativo de qualidade do ensino ofertado. Neste sentido, faz-se necessário que o corpo docente das instituições seja bem

qualificado para atender as expectativas. Uma forma de avaliar se essa melhoria foi alcançada é analisar a formação acadêmica dos professores.

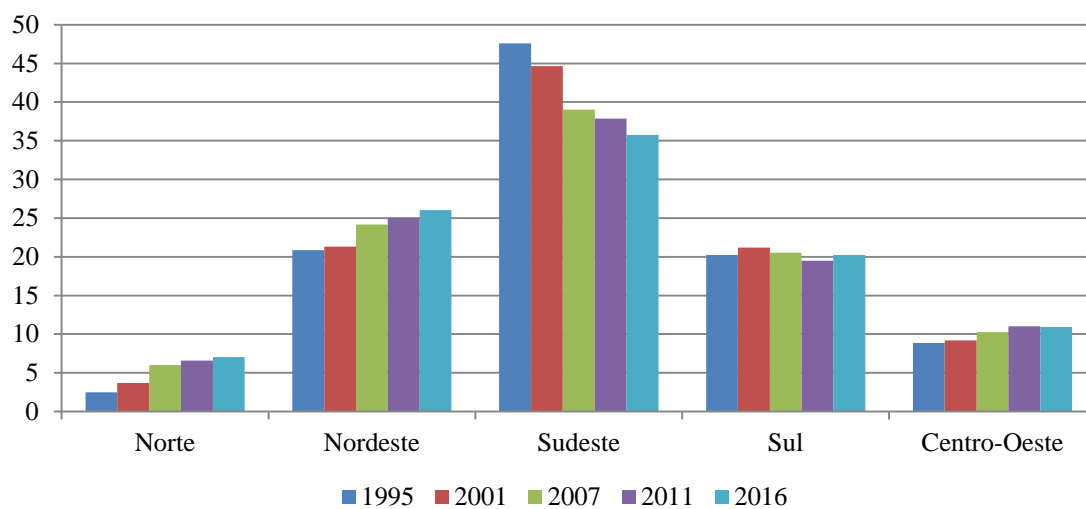
Para esse indicador, estabelece-se um panorama mais amplo, fazendo uma avaliação dos anos 1995, 2001, 2007, 2011 e 2016. Verifica-se pelo Gráfico 1, em valores brutos, notamos que o número de docentes com doutorado aumentou em todas as regiões ao longo do período estabelecido para análise; já fazendo uma avaliação em termos relativos mediante o Gráfico 2, vemos que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentaram um aumento em seu corpo docente com doutorado. Todavia, a região Sudeste teve um decréscimo desse percentual, apesar de ter tido um aumento do número de docentes ao longo do período, como apresentado no Gráfico 1. Esse decréscimo na região Sudeste pode ser justificado pelo fato que a quantidade de professores em exercício ter diminuído ao longo da série de tempo, apesar do número total de professores tenha crescido em todos os anos.

Gráfico 1 – Número de Professores com Doutorado para os anos de 1995, 2001, 2007, 2011 e 2016 por região censitária.



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados disponíveis do Censo de Educação Superior (Inep/MEC)

Gráfico 2 – Número de Professores com Doutorado para os anos de 1995, 2001, 2007, 2011 e 2016, em %, para as regiões censitárias.



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados disponíveis do Censo de Educação Superior (Inep/MEC)

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise da expansão das Instituições de Ensino Superior no Brasil, a partir de indicadores do Programa REUNI que tem como meta aumentar a Taxa de Conclusão média para o percentual de 90% e a relação de 18 alunos de graduação por professor, ambos em relação aos cursos de graduação presencial.

O Programa tem como perspectiva criar condições para ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento dos recursos que as Instituições têm a oferecer à sociedade e ao seu público discente.

Desta maneira, esta monografia objetivou analisar como se deu esse comportamento de expansão em um panorama nacional, dividindo a análise para as regiões do país. E para alcançar esse objetivo, são analisados quatro indicadores (a saber: o TCG, evasão, a razão discente/docente e o número de docentes com doutorado) que mensuraram o cumprimento das metas e da qualidade do ensino ofertado pelas IES.

Ao analisar os dados, de maneira geral, o TCG apresentou um decréscimo, em contrapartida da evasão, que aumentou em todas as regiões do país; a razão Discente/Docente diminuiu em duas regiões, enquanto que nas demais houve um crescimento, obtendo que a região Norte é a região com maior probabilidade de alcançar o número indicado pelo REUNI em uma das suas diretrizes. Logo, conclui-se que não houve um alcance desejado das metas estipuladas pelo REUNI entre as IES, causando um efeito em cascada: se os alunos não concluem seus cursos de graduação, apesar do aumento da oferta de vagas e, se a taxa de evasão é elevada, a proporção de alunos para o corpo docente é menor.

Portanto, faz-se necessário uma reavaliação detalhada para aferir a viabilidade das metas estabelecidas pelo Programa àquelas Universidades que o aderiram, mediante os dados e os percentuais apresentados, a partir de pesquisa e análise dos fatores responsáveis pela expansão à educação de nível superior no Brasil.

## REFERÊNCIAS

BORGES, M. C.; e AQUINO, O. F. Educação Superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas do Reuni: avanços e controvérsias. **Revista Educação: Teoria e Prática**, n. 39, p. 117-138, out. 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm).

BRASIL. Decreto n° 6096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm).

BRASIL. Lei n. 9394, de 20/12/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Acesso em 16 dez. 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)

BRASIL. Lei n. 10.172, de 9/1/2001. Estabelece o Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Acesso em 15 dez. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>

BRASIL. Lei n. 13005, de 25/06/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 de jun. 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm).

LIMA, P. G. Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, Sorocaba, v. 18, n. 1, p. 85-105, mar. 2013.

MANCEBO, D.; VALE A. A.; MARTINS, T. B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista brasileira de educação**, v. 20, n. 60, p. 31-50, jan./mar. 2015.

PRESTES, E. M. T.; JEZINE, E; SCOCUGLIA, A. C. Democratização do ensino superior brasileiro: o caso da Universidade Federal da Paraíba. **Revista Lusófona de Educação**, [S.I], v. 21, n. 21, p. 199-218, oct. 2012.

RISTOFF, D. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 19, n. 3, Nov 2014.

SILVA, C. O. Programa Reuni: ampliação do acesso ao ensino superior. 2014. Dissertação (Mestre em Educação) - **Programa de Pós-Graduação em Educação**, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014

SOUSA, A. P. R. D.; COIMBRA, L. J. P.; SOUSA, M. S. Reforma universitária e as consequências para a qualidade da educação superior pública: o caso da Universidade Federal do Maranhão. **V Jornada Internacional de Políticas**, São Luís, v.29, 2014.

SOUZA, C. D.; FILIPPO, D.; CASADO, E. S. Impacto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI) na atividade investigativa: crescimento, qualidade e internacionalização. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 336-367, set/dez. 2015.



